

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0021477-50.2011.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **Valdenilson Santos Pereira**
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Proc. 2227/11

Vistos.

VALDENILSON SANTOS PEREIRA, já qualificado, moveu a presente ação de cobrança de seguro DPVAT em face de PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, também qualificada, alegando, em apertada síntese, tenha sido vítima de acidente de trânsito ocorrido em 26/07/2008 e do qual sofreu lesões de natureza grave, de modo que pretende a condenação da ré ao pagamento da indenização do seguro DPVAT no valor de R\$ 13.500,00.

A requerida contestou o pedido, arguiu preliminarmente a ilegitimidade passiva e, no mérito, pediu o reconhecimento da prescrição ou a improcedência da ação (fls. 20/29).

O feito foi saneado (fls. 49) e determinada a realização de prova pericial (fls. 59). Ofício do IMESC às fls. 78 noticia que o autor não compareceu à perícia. Instado a se manifestar, não atendeu a ordem e, intimado pessoalmente para dar andamento ao feito em 48 horas, permaneceu inerte.

É o relatório.

DECIDO.

As preliminares foram afastadas pela decisão de fls. 49, contra a qual não houve recurso.

O feito comporta julgamento, com supedâneo no artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil. A matéria ventilada é unicamente de direito. O pedido é improcedente.

Ante o não comparecimento do autor à perícia, não foi possível constatar a invalidez apta a autorizar a indenização pleiteada, na forma requerida na inicial, nos termos do art. 8º, da Lei 11.482/07, que alterou o art. 3º, da Lei 6.194/74, o qual estabelece que os danos cobertos pelo DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar.

Assim é que o requerente demonstrou desinteresse em provar a alegada invalidez, já que não compareceu à perícia e nem justificou sua ausência, quedando-se inerte, inclusive quando intimado a dar andamento ao feito no prazo de 48 horas, sob pena de extinção.

A prova a ser produzida nestes autos, apta a embasar a pretensão do autor, é eminentemente técnica. A sua conduta, já que tinha o ônus de comparecer à perícia, acarretou-lhe desvantagens, no caso, o afastamento do pedido inicial.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL**

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

O autor sucumbe e deve arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação, na forma do art. 269, inciso I do CPC, e CONDENO o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

P. R. I.

São Carlos, 29 de janeiro de 2016.

Vilson Palaro Júnior
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**